

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS

PROJETO DE LEI Nº 5.678, DE 2.001

Modifica a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, estabelecendo direitos do assinante no caso de mudança no número do telefone ou no respectivo prefixo.

Autor: Deputado Jorge Pinheiro

Relator: Deputado Luiz Bittencourt

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 5.678, de 2001, de autoria do nobre Deputado Jorge Pinheiro, propõe alteração da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que “dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995”, estabelecendo direitos do assinante no caso de mudança no número do telefone ou no respectivo prefixo.

A inclusão do novo dispositivo, art. 73-A, determina que o usuário tem o direito de permanecer com seu número de telefone, exceto nos seguintes casos:

- I – mudança de endereço;
- II – mudança de prestadora de serviço;
- III – modificação do prefixo, nos casos de expansão ou modernização da planta, desde que informado pela prestadora do serviço com antecedência mínima de sessenta dias;
- IV – autorização escrita assinada pelo usuário.

O projeto não recebeu emendas e cabe-nos, nesta Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, analisar a questão no que tange à defesa do consumidor e às relações de consumo.

II - VOTO DO RELATOR

O projeto de lei sob comento tem valor inequívoco para o usuário dos serviços de telefonia em nosso país. É realmente revoltante as notícias que tivemos na época seguinte à privatização do sistema Telebrás, sobretudo com a Telefônica de São Paulo, onde pessoas e empresas viram seus números de telefone trocados ou mesmo cancelados, sem nenhum aviso ou explicação. Os prejuízos pessoais e comerciais foram imensos.

No entanto, o problema não é a falta de norma legal, mas a não aplicação das já existentes. Por ocasião da privatização do sistema Telebrás, foi criada a Agência Nacional de Telecomunicação – ANATEL – com finalidade precípua de fiscalizar e zelar pelo correto cumprimento das cláusulas dos contratos de privatização, que previam não só o aumento do número de telefones ofertados ao público, como também a manutenção e incremento da qualidade dos serviços prestados e, obviamente, o respeito e bom atendimento ao usuário-consumidor. Resumindo, a ANATEL tem instrumentos legais suficientes para garantir o respeito aos nossos cidadãos, enquanto usuários dos serviços de telecomunicações. Se a ANATEL está ou não cumprindo com seu dever é outra questão.

Dessa forma, até para não “engessarmos” uma futura possibilidade de mudança nos critérios definidos no projeto em foco, acreditamos que seria melhor, pelo menos num primeiro momento, o nobre proponente utilizar o instrumento da Indicação, existente na Casa, à ANATEL, sugerindo a produção de normativo específico no âmbito de

sua competência para regular a questão que se pretende resolver por intermédio da presente proposição.

Diante do exposto, somos pela rejeição do Projeto de Lei nº 5.678, de 2001.

Sala da Comissão, em de de 2002.

Deputado Luiz Bittencourt
Relator